

A RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA: UMA BREVE TRAJETÓRIA HISTÓRICA

CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY: A BRIEF HISTORICAL OVERVIEW

RESPONSABILIDAD SOCIAL CORPORATIVA: UNA BREVE RESEÑA HISTÓRICA



10.56238/sevenVIIImulti2026-031

Vânia Quintão

Doutoranda em Política Social

Instituição: Universidade Federal Fluminense (UFF)

E-mail: vania.quintao@gmail.com

RESUMO

O presente artigo analisa a trajetória histórica do conceito de Responsabilidade Social Corporativa (RSC). A abordagem divide a evolução do conceito em um panorama global e um brasileiro. Globalmente, a RSC é apresentada em cinco fases: inicia-se nos "primórdios" (início do séc. XX-1940), dominada pela filantropia pessoal dos industriais ("Robber Barons") num contexto de "darwinismo social" e ausência de proteção estatal. Avança para o "nascimento conceitual" (1950-60), impulsionado pelo auge do Estado de Bem-Estar Social e pelo debate acadêmico (ex. Bowen). Segue para a "era da contestação" (1970), marcada pela crise do EBE (estagflação) e a polarização entre a visão neoliberal (Friedman) e os modelos de gestão (Carroll). A quarta fase (1980-90) introduz a "visão estratégica" em resposta à financeirização e ao neoliberalismo, consolidando as teorias de Stakeholders e Triple Bottom Line. Por fim, a quinta fase (2000-atual) reposiciona a RSC como gestão de risco e estratégia central, dominada pela agenda ESG. O panorama brasileiro é dividido em quatro fases: da tradição filantrópica e do assistencialismo controlador da ditadura militar, passando pela redemocratização (CF/88), pela institucionalização (Ethos, GIFE, IBASE) e chegando à consolidação via mercado financeiro (ISE, ESG).

Palavras-chave: Responsabilidade Social Corporativa. ESG. Gestão Estratégica. Social.

ABSTRACT

This article analyzes the historical trajectory of the concept of Corporate Social Responsibility (CSR). The approach divides the evolution of the concept into a global and a Brazilian overview. Globally, CSR is presented in five phases: it begins in the "beginnings" (early 20th century-1940), dominated by the personal philanthropy of industrialists ("Robber Barons") in a context of "social Darwinism" and absence of state protection. It advances to the "conceptual birth" (1950-60), driven by the peak of the Welfare State and academic debate (e.g., Bowen). It follows to the "era of contestation" (1970), marked by the crisis of the Welfare State (stagflation) and the polarization between the neoliberal vision (Friedman) and management models (Carroll). The fourth phase (1980-90) introduces the "strategic vision" in response to financialization and neoliberalism, consolidating the theories of Stakeholders and Triple Bottom Line. Finally, the fifth phase (2000-present) repositions CSR as risk management and central strategy, dominated by the ESG agenda. The Brazilian landscape is divided into four phases: from the philanthropic tradition and controlling welfare of the military dictatorship, through

redemocratization (CF/88), institutionalization (Ethos, GIFE, IBASE) and reaching consolidation via the financial market (ISE, ESG).

Keywords: Corporate Social Responsibility. ESG. Strategic Management. Social.

RESUMEN

Este artículo analiza la trayectoria histórica del concepto de Responsabilidad Social Corporativa (RSC). El enfoque divide la evolución del concepto en una perspectiva global y otra brasileña. A nivel global, la RSE se presenta en cinco fases: comienza en sus inicios (principios del siglo XX - 1940), dominada por la filantropía personal de los industriales (los "Barones Ladrones") en un contexto de darwinismo social y ausencia de protección estatal. Avanza hacia el nacimiento conceptual (1950-1960), impulsado por el auge del Estado de Bienestar y el debate académico (p. ej., Bowen). Continúa hacia la era de la contestación (1970), marcada por la crisis del Estado de Bienestar (estanflación) y la polarización entre la visión neoliberal (Friedman) y los modelos de gestión (Carroll). La cuarta fase (1980-90) introduce la "visión estratégica" en respuesta a la financiarización y el neoliberalismo, consolidando las teorías de las Partes Interesadas y el Triple Resultado. Finalmente, la quinta fase (2000-presente) reposiciona la RSE como gestión de riesgos y una estrategia central, dominada por la agenda ESG. El panorama brasileño se divide en cuatro fases: desde la tradición filantrópica y el control del bienestar de la dictadura militar, pasando por la redemocratización (Constitución de 1988), la institucionalización (Ethos, GIFE, IBASE) y culminando en la consolidación a través del mercado financiero (ISE, ESG).

Palabras clave: Responsabilidad Social Corporativa. ESG. Gestión Estratégica. Social.

1 INTRODUÇÃO

A trajetória do conceito de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) é complexa. Ela é marcada por debates filosóficos, intensas pressões sociais e uma profunda transformação na forma como as empresas enxergam seu papel no mundo. O objetivo deste artigo é analisar essa evolução histórica. Para fins didáticos, a construção do conceito é apresentada em duas seções principais: um panorama global e um panorama brasileiro.

A metodologia adotada para a construção deste artigo foi a pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, para levantamento, análise e síntese interpretativa, incluindo as obras seminais que definiram o conceito de Responsabilidade Social Corporativa (RSC), bem como literatura de análise histórica, social e econômica, que forneceram o "pano de fundo" de cada período. A abordagem qualitativa foi essencial para analisar a complexa trajetória do conceito, permitindo interpretar as mudanças filosóficas, políticas e gerenciais que redefiniram o papel social das empresas ao longo do tempo.

A análise global é dividida em cinco fases, iniciando nos "primórdios" filantrópicos do início do século XX, período em que a ação social era vista como caridade pessoal dos proprietários e não uma função da empresa. Avança para o "nascimento conceitual" (1950-60), no contexto do auge do Estado de Bem-Estar Social e da Guerra Fria, que fomentou o debate acadêmico sobre a obrigação moral das corporações. Em seguida, atravessa a "era da contestação" dos anos 1970, marcada pela crise fiscal do EBE e pela polarização entre a visão neoliberal de Milton Friedman e os primeiros modelos gerenciais de RSC, como a Pirâmide de Carroll.

Na quarta fase (1980-90), sob o neoliberalismo e a financeirização focada no "valor ao acionista" (*shareholder value*), a RSC amadurece para uma "visão estratégica", desenvolvendo teorias como *Stakeholders* e *Triple Bottom Line*. Finalmente, a quinta fase (2000-atual) consolida a RSC como gestão de risco e parte integrante da estratégia central, culminando no domínio da agenda ESG (Environmental, Social and Governance) impulsionada pelo mercado financeiro.

A análise foca, então, no panorama brasileiro, delineando quatro fases que partem da tradição filantrópica e do assistencialismo moralista e controlador do regime militar. O conceito evolui com a redemocratização e a Constituição de 1988, ganha institucionalidade nos anos 1990 com organizações como IBASE, GIFE e Instituto Ethos, e se consolida nos anos 2000 como uma prática de mercado, refletida no ISE da B3 e na recente adoção da agenda ESG.

Importa reforçar que, para melhor compreensão desta breve trajetória evolutiva do conceito de Responsabilidade Social, foi necessária a construção de um breve, porém profundo pano de fundo sócio-histórico-econômico ao qual cada este conceito esteve mergulhado ao longo da sua evolução conceitual.

2 BREVE HISTÓRICO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL: UM PANORAMA GLOBAL

A trajetória do conceito de Responsabilidade Social é complexa, marcada por debates filosóficos, pressões sociais e uma profunda transformação na forma como as empresas enxergam seu papel no mundo.

Em relação à construção do conceito de Responsabilidade Social podem ser sinalizadas cinco fases, como se apresenta abaixo.

Na primeira fase desta construção, a ser denominada didaticamente de “os primórdios”, é compreendida entre o início do século XX até 1940.

Importa destacar que o contexto econômico deste período histórico, também conhecido como a Era dos “*Robber Barons*”¹, que, especialmente nos EUA, formou gigantescos monopólios (*trustes*) em setores como petróleo (*Rockefeller*), aço (*Carnegie*) e ferrovias (*Vanderbilt*) acumularam um poder e uma riqueza sem precedentes.

No contexto social este período histórico é marcado por completa ausência de proteção social. Sem um “Estado de bem-estar social”, ou seguro-desemprego, sistema público de saúde universal ou leis trabalhistas robustas.

As condições de trabalho eram frequentemente brutais, e a desigualdade social era extrema.

O pensamento que permeia este período é o do “darwinismo social”², o *Laissez-faire*³ e uma forma de “Darwinismo Social”. O sucesso era visto como aptidão, um dom, e a pobreza como uma falha moral ou de caráter do indivíduo.

Neste período a Responsabilidade Social não existia como conceito e sim a filantropia.

A “responsabilidade social” não era uma função da *empresa*, mas uma questão de *consciência pessoal* do dono. Movidos pela crença religiosa, desejo de construir um legado, e/ou diversos outros sentimentos e motivações pessoais, grandes industriais, por exemplo, criavam fundações, bibliotecas e universidades⁴. Tornavam-se filantropos, e aplicavam a filantropia *apesar* dos negócios, e não *através* dos negócios.

Neste período histórico a empresa existia unicamente para gerar lucro e empregos. Tudo que dizia respeito ao social era reativa e assistencialista e estava restrito à esfera particular dos proprietários, como filantropia, e não como uma obrigação da organização.

Na segunda fase desta construção, no que se refere ao contexto socioeconômico, pode-se afirmar que é o nascimento conceitual, está situada entre os anos de 1950 e 1960s, marcado pela “Era

¹ A “Era dos Robber Barons” (Barões Ladrões) refere-se ao final do século XIX nos Estados Unidos, quando industriais e financistas de grande poder acumularam fortunas por meio de táticas comerciais exploradoras e monopólios antiéticos. Exemplos incluem a formação de “trusts” (grandes consórcios empresariais) e a busca por poder político para obter vantagens, às custas de trabalhadores e concorrentes menores. (Kenton, 2025)

² Esse pensamento aplica os conceitos de luta pela existência e sobrevivência do mais apto às sociedades humanas, influenciada pelas teorias evolucionistas de Charles Darwin. (Britannica, 2025)

³ Expressão fundamental do liberalismo que significa deixe acontecer. (Reis, 2020)

⁴ Como as fundações criadas por Rockefeller ou Carnegie.

de Ouro" do capitalismo, o auge do Estado de Bem-Estar Social (ou Welfare State)⁵, uma resposta à crise de 29, especialmente na Europa Ocidental e, de forma um pouco diferente, nos Estados Unidos.

O Estado de Bem-Estar Social é o grande gerador do debate sobre Responsabilidade Social, pois não foi só um fato histórico, mas, sobretudo, o contexto fundamental que mudou “as regras do jogo”, permitindo que a discussão sobre o social e as corporações evoluísse da filantropia através da “caridade pessoal”, para uma “obrigação social e filosófica”.

Mas como?

O Estado de Bem-Estar Social, representa a compromisso, a responsabilidade social pública, de forma robusta, fazendo com que as empresas (re)pensassem na sua atuação nesse contexto, como forma de se *posicionarem ao lado* desse Estado poderoso, principalmente no contexto da Guerra Fria, quando a ideia de prosperidade e “paz social” davam espaço para as corporações mostrarem a possibilidade prática de que o capitalismo podia ser “bom” e distribuir renda, e que as empresas privadas podiam pensar além do lucro diante do mundo dividido em dois grandes blocos.

Assim, a construção do conceito de Responsabilidade Social ferve nos ambientes acadêmicos lançando raízes filosóficas para a construção de uma “consciência moral”. A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) era a resposta microeconômica (filosófica).

Um dos autores importantes para esse debate teórico foi *Bowen*, construindo o conceito de que empresas privadas poderiam ser “socialmente responsáveis”, preocupando-se com a comunidade e com os valores sociais, para além do lucro, argumentando que as corporações, centros vitais de poder e decisão, tinham a obrigação de seguir políticas e tomar decisões que fossem desejáveis em termos dos objetivos e valores da sociedade.

Este autor, um economista americano, ficou conhecido como o “pai” da Responsabilidade Social Corporativa e lançou em 1953 um livro que muitos consideram o livro fundamental da Responsabilidade Social Corporativa (RSC), *Social Responsibilities of the Businessman*.

Tendo o debate se expandido portas adentro dos anos de 1960, outros teóricos argumentaram que a responsabilidade social vai além da obrigação econômica e legal, sugerindo que as empresas devem considerar o impacto de suas decisões no sistema social como um todo, formulando-se a “Lei de Ferro da Responsabilidade”⁶. Ao longo prazo, as empresas que não usarem seu poder de forma socialmente responsável o perderão.

A terceira fase da construção do conceito de Responsabilidade Social pode ser denominada como a era da contestação, os anos de 1970.

⁵ Legado do *New Deal* e produtor de programas da *Great Society* (visavam eliminar a pobreza e a injustiça racial por meio de reformas em áreas como saúde, educação, combate à pobreza e direitos civis).

⁶ Um conceito da responsabilidade social corporativa (RSC) que estabelece que o poder de uma empresa na sociedade deve ser proporcional à sua responsabilidade social. O conceito foi popularizado pelo pesquisador Keith Davis na década de 1960.

O contexto histórico dessa década foi a colisão de duas forças.

De um lado, a década de 1970 é marcada pelo fim da “Era de Ouro” do capitalismo, o Estado de Bem-Estar Social baseado no modelo keynesiano⁷ (crescimento econômico constante e pleno emprego). Este fim é acarretado (tratado aqui de forma superficial) pela crise econômica norte-americana, tendo como estopim foi a crise do petróleo, de 1973 (o fim da energia barata⁸), foi um golpe fatal na indústria ocidental, gerando o que os economistas chamaram de “estagflação”⁹, que leva a Crise Fiscal do Estado de Bem-Estar Social: arrecadações em queda (empresas quebrando) e despesas em alta (milhões de novos desempregados e o custo dos programas de saúde e previdência).

As negociações entre empresas e sindicatos, pacíficas nos anos 60, tornaram-se um processo de conflitos. Empresas cortando custos e trabalhadores lutando. Trouxe à tona o conflito basilar do sistema capitalista: capital *versus* trabalho.

Do outro lado, os movimentos sociais (ambientalistas, direitos do consumidor, direitos civis e os feminismos), nessa luta entre capital *versus* trabalho, defendiam uma agenda que implicava custos e responsabilidades, cobrando as empresas (e não só) soluções ambientais, trabalhistas e sociais.

Nesse exato contexto de colapso econômico, lucros espremidos e crise fiscal que as empresas e a nova escola de pensamento neoliberal olharam para o Estado de Bem-Estar Social e para os sindicatos não mais como parceiros do "pacto social".

Um artigo de enorme repercussão, no *The New York Times*, em setembro de 1970, de um economista liberal da Escola de Chicago, Milton Friedman.

Este artigo fez a defesa mais famosa da visão oposta, declarando que a única responsabilidade social dos negócios é usar seus recursos e se envolver em atividades destinadas a aumentar seus lucros, desde que permaneça dentro das "regras do jogo" (competição aberta e livre, sem fraude).

Ele afirmava que, qualquer executivo de empresa que usa o dinheiro da corporação para fins sociais (que não sejam maximizar o lucro) está, na prática, agindo de forma imoral, antidemocrática e subversiva.

Na contrapartida, diante da pressão social, o professor Archie B. Carroll, ofereceu, em 1979, aos gestores um "mapa", um modelo defensivo para organizar e gerenciar as novas demandas (legais, éticas) que a sociedade estava impondo às empresas. Era uma ferramenta de *gestão de crise*.

⁷ Funcionava assim: O Estado usava políticas para garantir o pleno emprego, com pleno emprego, os sindicatos eram fortes e negociavam aumentos salariais reais (acima da inflação), trabalhadores com bons salários consumiam (compravam casas, carros, eletrodomésticos), o consumo em massa gerava lucros altos para as empresas, empresas lucrativas pagavam impostos altos (as alíquotas de impostos sobre grandes lucros e fortunas eram muito maiores do que hoje), o Estado, com essa arrecadação, financiava o Estado de Bem-Estar Social (saúde universal, educação, previdência), o que pacificava a sociedade.

⁸ O petróleo não era apenas combustível, mas matéria-prima para plásticos, fertilizantes, transporte, etc.

⁹ Estagnação econômica + Inflação alta.

Denominada de A "Pirâmide da Responsabilidade Social Corporativa"¹⁰ ou a "Pirâmide de Carroll", tornou-se o modelo acadêmico mais duradouro e ensinado sobre o tema.

A pirâmide de Carroll define que a RSC é composta por quatro níveis que as empresas devem cumprir, em ordem de importância (da base para o topo): Responsabilidades Econômicas (a base), ser lucrativa, Responsabilidades Legais, obedecer à lei, Responsabilidades Éticas, ser ética, fazendo o que é certo, justo e honesto, mesmo que não seja exigido por lei (por exemplo, ir além da lei para garantir a segurança de um produto) e Responsabilidades Filantrópicas/ Discricionárias (o topo), ser um bom "cidadão corporativo", contribuindo com recursos para a comunidade para melhorar a qualidade de vida (ex: doações, programas sociais voluntários).

A década de 1970 termina (re)associando o conceito de filantropia à responsabilidade social. Esta associação prejudica, e muito, a compreensão contemporânea de Responsabilidade Social Corporativa como parte da estratégia empresarial.

Na quarta fase da construção do conceito de Responsabilidade Social, que compreende o período entre 1980 e 1990.

Este período tem como contexto histórico alguns fatos importantes, que darão novos rumos à Responsabilidade Social Corporativa.

No contexto sócio-político-econômico, orientados pelo neoliberalismo e pela globalização, importa destacar que, como já visto anteriormente, a "estagnação" dos anos 1970 quebrou o modelo do Estado de Bem-Estar Social, num contexto de inflação estava fora de controle, o desemprego estava alto e os déficits públicos eram gigantes.

O neoliberalismo, baseado nas ideias de economistas como Milton Friedman e Friedrich Hayek, foi a estratégia do mercado para que as empresas conseguissem retomar seu crescimento.

Dois grandes protagonistas nesse contexto foram Reagan (EUA) e Thatcher (Reino Unido), através da desregulamentação das "amarras estatais", como leis ambientais, de proteção ao consumidor e, sobretudo, regras financeiras, das privatizações, vendendo empresas estatais (telefonia, energia, companhias aéreas), do enfraquecimento dos sindicatos, confrontando e quebrando o seu poder dos sindicatos, como no caso dos controladores de tráfego aéreo nos EUA e dos mineiros no Reino Unido, os exemplos mais famosos. Estratégias guiadas pelo discurso presidencial norte-americano: "(...) O governo não é a solução para o nosso problema; o governo é o problema". (Reagan, 1981, s/p)

No âmbito corporativo o período é marcado pela financeirização, sendo conhecida como a década de 1980 foi a era das fusões, aquisições hostis e da dominância de *Wall Street*. O sucesso de uma empresa era medido trimestralmente pelo preço de suas ações¹¹, estabelecendo o foco no "valor do acionista" (*shareholder value*).

¹⁰ Formalizou visualmente como uma pirâmide em um artigo de 1991.

¹¹ Antes dos anos 80, um CEO era medido por seu crescimento de produção, domínio de mercado e paz com os sindicatos. (Chandler, 2008)

Diante desse cenário o debate sobre a Responsabilidade Social Corporativa ganha maior maturidade, mudando o questionamento de "se a empresa deve ser socialmente responsável?" para "como ela deve ser?".

Neste período surgem duas teorias: Teoria dos *Stakeholders* (1984) e "*Triple Bottom Line*" (1994), como pode ser visto abaixo:

- Teoria dos *Stakeholders* (1984)¹²: O foco muda dos "*shareholders*" (acionistas) para os "*stakeholders*" (partes interessadas), redefinindo a gestão estratégica, afirmando que a empresa não deve satisfazer apenas seus proprietários, mas sim equilibrar os interesses de todos que são impactados por ela (funcionários, clientes, fornecedores, comunidade, meio ambiente).
- "*Triple Bottom Line*" ou (ou "*Tripé da Sustentabilidade*") (1994)¹³: O conceito de sustentabilidade ganha força, defendendo que as empresas devem medir seu sucesso não apenas pelo resultado financeiro (*Profit/Lucro*), mas também pelo seu impacto social (*People/Pessoas*) e ambiental (*Planet/Planeta*).

Por fim, a quinta fase da construção do conceito de Responsabilidade Social, que vai dos anos 2000 até os dias, vai colocar este conceito em outro patamar, deixando de ser um diferencial ou um ato de filantropia e passando a ser estabelecida como gestão de risco e parte integrante da estratégia central.

Para que isso acontecesse, alguns marcos foram cruciais, tais como:

- Pactos Globais (2000): A ONU lança o Pacto Global, incentivando empresas a alinharem suas operações a dez princípios universais nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.
- Valor Compartilhado (2011): Professores de Harvard refinam o conceito, propondo a ideia de "Criação de Valor Compartilhado" (CSV) com a tese de que o sucesso da empresa e o bem-estar social não são um jogo de soma zero; as empresas podem gerar lucro justamente ao resolver problemas sociais e ambientais.
- Domínio do ESG (2015 - Atual): O mercado financeiro assume o protagonismo. O termo ESG (*Environmental, Social and Governance*), que já vinha sendo construído desde meados dos anos 2000, torna-se dominante. A responsabilidade social (o "S" do ESG) passa a ser uma métrica essencial para investidores. Não fazer gestão social e ambiental passa a ser visto como um risco financeiro e operacional concreto.

¹² Criada por R. Edward Freeman, filósofo e professor de administração americano que, em 1984, publicou o livro seminal sobre o tema: *Strategic Management: A Stakeholder Approach* (Gestão Estratégica: Uma Abordagem dos Stakeholders).

¹³ Criado em 1994 por John Elkington, autor e consultor britânico, uma autoridade mundial em sustentabilidade corporativa.

3 BREVE HISTÓRICO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL: UM PANORAMA BRASILEIRO – DO ASSISTENCIALISMO À “CIDADANIA” CORPORATIVA

Em relação ao contexto brasileiro, a trajetória do conceito de Responsabilidade Social também é complexa e com marcadores históricos e socioeconômicos importantes, estabelecendo 4 fases de desenvolvimento do conceito, no âmbito nacional.

A primeira fase desta construção é marcada pela tradição filantrópica, datada historicamente da industrialização do país até 1970.

Seguindo os moldes internacionais, mas com fortes raízes assistencialistas e na caridade religiosa, a Responsabilidade Social Corporativa vai sendo construída no Brasil, com duas características principais.

A primeira são as ações pessoais. Estas orientadas pela filantropia dos "barões" e donos de empresas, muitas vezes ligadas a obras da Igreja Católica ou a fundações familiares, sem qualquer visão de gestão ou estratégia.

A segunda, a intervenção do Estado, com principal destaque para a década compreendida entre 1960 e 1970, durante a ditadura militar.

Com a visão de que o social cabia exclusivamente ao Estado, e de que as empresas deveriam apenas gerar empregos e pagar impostos, a "ação social" durante a ditadura, especialmente em seu auge de 1960 a 1970, foi um antímodo da Seguridade Social, como entendida hoje (saúde, previdência e assistência social como direitos universais, definidos na Constituição de 1988).

A intervenção social do regime não era uma política de cidadania, mas uma ferramenta de controle para levar a ferro e fogo um projeto de modernização conservadora¹⁴.

Nessa lógica, qualquer problema social (pobreza, fome, analfabetismo, greves, demandas por terra) não era visto como uma questão de injustiça ou desigualdade a ser corrigida, mas um vazio de poder, um foco de instabilidade, um rico social, que poderia e seria explorado por movimentos sociais para desestabilizar o governo.

Assim, a intervenção estatal sobre o social visava ocupar esses vazios, controlar as tensões e reprimir a desordem e, para tal, era tratada como "caso de polícia" através de repressão direta. A forma mais óbvia de intervenção social era a repressão¹⁵, o controle da pobreza urbana, através, principalmente, do BNH (Banco Nacional de Habitação), criado em 1964, através da remoção forçada de favelas de áreas nobres (como a Zona Sul do Rio de Janeiro) e o reassentamento dessa população

¹⁴ O conceito de "modernização conservadora", central na análise de autoras como Elaine Rossetti, refere-se ao padrão de desenvolvimento capitalista brasileiro impulsionado "pelo alto", promovendo modernização econômica (industrialização, avanço tecnológico) sem, contudo, realizar uma ruptura democrática com as estruturas arcaicas de poder (como o latifúndio, o clientelismo e a desigualdade extrema). Para Behring, a política social nesse contexto, como a vista na ditadura militar, não é universalista, mas restrita, fragmentada e meritocrática, servindo como instrumento de legitimação do modelo governamental da época e no controle da "questão social" gerada pela própria modernização excludente.

¹⁵ Greves eram proibidas e tratadas com força policial. Sindicatos sofreram intervenção direta do Ministério do Trabalho, com a deposição de líderes "subversivos" e a ascensão dos "pelegos" (líderes alinhados ao governo).

em conjuntos habitacionais distantes e sem infraestrutura (como a Cidade de Deus ou a Vila Kennedy), abrindo espaço para a especulação imobiliária.

Esse período também foi marcado por um viés moralista, procurando "enquadrar" a população no modelo ideal de cidadão: cristão, patriótico¹⁶, apolítico, ordeiro e trabalhador.

Por fim, falando em social e esse modelo de intervenção estatal, o período de 1960 a 1970 é marcado pelo assistencialismo e clientelismo, totalmente distinto da Constituição Federal de 1988, não era um direito do cidadão, mas um favor do Estado.

Nesse período surgem as primeiras associações, como a ADCE (Associação de Dirigentes Cristãos de Empresa), que começam a debater a "função social" da empresa.

A segunda fase da construção do conceito de Responsabilidade Social no Brasil se inicia na década de 1980, com o processo de redemocratização e a sociedade civil organizada e os movimentos sociais, dando novos rumos ao conceito de cidadania.

Alguns marcos foram importantes.

A Constituição Federal de 1988, consagrando princípios como a função social da propriedade e os direitos sociais, viabilizando que sociedade passe a cobrar um papel mais ativo das empresas.

Também foi importante a campanha “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida”, liderada pelo sociólogo Herbert de Souza (Betinho), no início de 1990, muito embora não seja estritamente "corporativa", mobilizou o país e conseguiu atrair muitas empresas, demonstrando o poder da mobilização social.

A terceira fase da construção da Responsabilidade Social, que, importando conceitos e adaptando à realidade nacional, foi muito impulsionado pela sociedade civil organizada.

Três grandes organizações marcaram o período:

- O IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), em 1997, também sob a influência de Betinho, que lança a campanha pelo "Balanço Social", com a ideia de incentivar as empresas a publicarem, de forma transparente, seus investimentos em áreas sociais, ambientais e com seus funcionários. Foi um sucesso de adesão.
- O GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas), de 1995, reunindo os maiores investidores sociais corporativos do país para profissionalizar e qualificar o investimento social privado.
- O Instituto Ethos. Em 1998, a organização que se tornaria a principal referência em Responsabilidade Social Empresarial (RSE) no país, sendo fundamental para disseminar o conceito de que RSE não é filantropia, mas sim a gestão ética e transparente dos negócios,

¹⁶ Difere fundamentalmente do patriotismo cívico (baseado no amor ao povo, à cultura e às instituições democráticas) e se torna uma ferramenta de legitimação do regime e de exclusão da oposição.

envolvendo todos os *stakeholders*¹⁷ e tornando os "Indicadores Ethos" a principal ferramenta de diagnóstico para as empresas.

Por fim, a quarta fase da construção da Responsabilidade Social Empresarial no Brasil, compreendida entre os anos 2000 até os dias atuais, é marcada pela consolidação nas grandes empresas, inclusive com a criação de mecanismos de incentivo por parte do mercado financeiro.

Isso se apresenta através de alguns movimentos.

O primeiro a ser sinalizado é o lançamento, pela Bolsa de Valores (BOVESPA na época, hoje B3), do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial), em 2005. Uma carteira de ações de empresas que demonstram alto grau de comprometimento com a sustentabilidade e a Responsabilidade Social Empresarial.

Também cabe sinalizar que, diante da criação do Índice de Sustentabilidade, nesse período as empresas deixam de ter "Departamentos de Filantropia" e criam "Gerências de Responsabilidade Social" ou "Diretorias de Sustentabilidade".

Por fim, pós-2015, começa a ser adotado o ESG, já visto no tópico anterior. Assim como no cenário global, a agenda ESG passa a dominar o debate no Brasil, trazendo as questões ambientais (impulsionadas pela Amazônia) e sociais (como diversidade, inclusão e combate à desigualdade) na centralidade das preocupações e estratégias da reputação empresarial e do valor de mercado, incluindo os ODS¹⁸ e a agenda 2030.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao percorrer a trajetória histórica da Responsabilidade Social Corporativa (RSC), tanto no panorama global quanto no brasileiro, observa-se uma profunda transformação em seu propósito e significado.

O conceito evoluiu de uma prática de filantropia pessoal, assistencialista e desvinculada da estratégia empresarial, para uma obrigação filosófica e moral debatida no auge do Estado de Bem-Estar Social.

Sobreviveu a um período de contestação, onde foi duramente atacada pela visão neoliberal que defendia o lucro como única função social, reconfigurando-se através de ferramentas de gestão defensivas, como a Pirâmide de Carroll.

¹⁷ Pessoas interessadas.

¹⁸ Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, uma agenda global adotada pela ONU com 17 objetivos e 169 metas para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que todas as pessoas desfrutem de paz e prosperidade até 2030. Eles integram os pilares de crescimento econômico, inclusão social e proteção ambiental.

A partir do neoliberalismo e da financeirização, a RSC amadureceu, deixando de ser uma questão de "se" a empresa deve ser responsável, para "como" ela deve ser. Tornou-se uma ferramenta estratégica para gerenciar os interesses das partes interessadas e medir o impacto socioambiental.

Finalmente, na era contemporânea, a RSC deixou de ser um diferencial ou filantropia para se tornar parte integrante da gestão de risco, sendo hoje uma métrica essencial para o mercado financeiro, consolidada na agenda ESG. As empresas passam a ser vistas como capazes de gerar lucro justamente ao resolver problemas sociais e ambientais.

O panorama brasileiro reflete essa mudança. Migrou do assistencialismo, da caridade religiosa e do controle social policaiesco e moralista da ditadura militar, para uma resposta à sociedade civil organizada e à redemocratização.

Consolidou-se como uma exigência de mercado alinhada às tendências globais, com a adoção do ISE e da agenda ESG, demonstrando uma profissionalização que substituiu os antigos "Departamentos de Filantropia" por "Diretorias de Sustentabilidade".

Por fim, cabe uma reflexão sobre a persistência de uma confusão conceitual que esta trajetória histórica deveria ter superado.

Embora a RSC tenha evoluído para uma dimensão estratégica, integrada à gestão de risco e a atividade principal de uma empresa (*core business*), ainda é comum observar no cenário corporativo contemporâneo gestores e empresas que reduzem a responsabilidade social à sua forma mais primitiva: a filantropia.

Esta associação, que o artigo identifica como prejudicial à compreensão moderna da RSC, sobrevive porque a filantropia é mais simples e não questiona o modo de operação da empresa — é uma ação feita "apesar dos negócios", e não "através dos negócios".

Esse entendimento equivocado permite que a empresa pratique um "marketing social" (ações pontuais de doação ou patrocínio) sem, contudo, alterar estruturalmente sua cadeia de valor, suas práticas trabalhistas ou seu impacto ambiental, esvaziando o potencial transformador que a agenda ESG propõe.

REFERÊNCIAS

- ANDREW, John A. Lyndon Johnson and the Great Society. Chicago: I.R. Dee, 1998.
- BOWEN, H. R. (1953). Social responsibilities of the businessman. New York: Harper & Row.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.
- BRITANNICA. social Darwinism. Encyclopædia Britannica, 4 set. 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/social-Darwinism>. Acesso em: 28 out. 2025.
- CASTELLS, M. (2016). A Sociedade em Rede (A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura – Volume 1). São Paulo: Paz e Terra
- CARROLL, A. B. (1979). A three-dimensional conceptual model of corporate performance. Academy of Management Review, 4(4), 497-505.
- CHANDLER JR., Alfred D. A Mão Visível: A Revolução Gerencial na Empresa Americana. São Paulo: Editora da Unesp, 2008. (Título original: The Visible Hand: The Managerial Revolution in American Business, publicado em 1977).
- COMISSÃO DE INQUÉRITO DA CRISE FINANCEIRA (FCIC). (2011). The Financial Crisis Inquiry Report. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office.
- ELKINGTON, J. (1997). Cannibals with forks: The triple bottom line of 21st century business. Oxford: Capstone.
- FREEMAN, R. E. (1984). Strategic Management: A Stakeholder Approach. Boston: Pitman.
- FRIEDMAN, M. (1970, 13 de setembro). The Social Responsibility of Business is to Increase its Profits. The New York Times Magazine.
- GIFE. (Vários anos). Censo GIFE. São Paulo: GIFE.
- HARVEY, D. (2007). O Neoliberalismo: História e Implicações. São Paulo: Edições Loyola.
- HOBSBAWM, E. (1995). A Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras.
- INSTITUTO ETHOS. (2021). Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis. São Paulo: Instituto Ethos.
- KENTON, Will. Robber Barons: Definition, Impact, and Criticism in the Gilded Age. Investopedia, 25 ago. 2025. Disponível em: <https://www.investopedia.com/terms/r/robberbarons.asp>. Acesso em: 28 out. 2025.
- PORTER, M. E., & Kramer, M. R. (2011). Creating Shared Value. Harvard Business Review, 89(1-2), 62-77.
- REAGAN, Ronald. First Inaugural Address. Washington, D.C., 20 jan. 1981. Discurso. Disponível em: https://avalon.law.yale.edu/20th_century/reagan1.asp. Acesso em: 30 out. 2025.



REIS, Tiago. Laissez faire: o que é a expressão fundamental do liberalismo. Suno, 29 jul. 2019. Atualizado em: 14 maio 2020. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/laissez-faire/>. Acesso em: 28 out. 2025.